



Na Mídia

29/10/2024 | [Investidor.Estadão](#)

BeeFund: o que os investidores que se sentirem lesados podem fazer

Com dinheiro preso na plataforma, usuários temem conversão forçada do capital em uma nova "cripto"

Jenne Andrade



Entenda a quais instituições os investidores que se sentem prejudicados podem recorrer (Foto: adrağan em Adobe Stock)

- A BeeFund é uma suposta plataforma de criptomoedas que prometia retornos diários de até 12,75%. Também disponibilizava “trader profissionais” para que os usuários escolhessem quem iria gerir o patrimônio deles
- Desde o início do mês, os clientes da BeeFund lidam ainda com dificuldade em sacar o dinheiro investido na plataforma. O Reclame Aqui da empresa já possui mais de 1,1 mil reclamações, principalmente relacionadas a problemas em saques e depósitos

- **Fabio Braga, sócio da área de bancário e financeiro do Demarest Advogados, indica que procurar órgãos de proteção ao consumidor é um caminho para os clientes que se sentem lesados**

A BeeFund é uma suposta plataforma de criptomoedas que prometia retornos diários de até 12,75%. Também disponibilizava “trader profissionais” para que os usuários escolhessem quem iria gerir o patrimônio deles. A mais famosa trader entre os clientes era a “Anne Richards” – ao optar por ela, cujo retorno anual apresentado pela plataforma supera os 1000%, o dinheiro precisaria ser mantido por 15 dias. Segundo especialistas, investidores que se sentem lesados podem fazer denúncias para que o caso seja investigado.

Além de não ficar clara a estratégia de investimentos utilizada, a verdadeira Anne Richards, que é vice-presidente de gestora Fidelity International, já confirmou ao E-Investidor não ter qualquer vínculo com a BeeFund. Outros grandes executivos do mundo cripto, apresentados como parte da equipe também já negaram participação na plataforma. É o caso de Jan Brzezek, fundador da Crypto Finance Group, Tobias Reichmuth, fundador de SUSI Partners, e Marc P. Bernegger, empreendedor do setor de tecnologia.

Dinheiro preso na plataforma

Desde o início do mês, os clientes da BeeFund lidam ainda com dificuldade em sacar o dinheiro investido na plataforma. O Reclame Aqui da empresa já possui mais de 1,1 mil reclamações, principalmente relacionadas a problemas em saques e depósitos. O alcance da empresa, entretanto, pode ser bem maior: somente o grupo oficial do Telegram possui quase 200 mil membros.

Em meio à onda de relatos, a BeeFund comunicou que iria transformar todo o saldo das contas dos clientes em uma nova criptomoeda, a “BEEB”. Ou seja, quem tinha R\$ 10 mil presos na companhia, agora terá 10 mil “BEEBs”. O token será disponibilizado, segundo a BeeFund, na corretora SuperEx – mas, para acessá-lo, é preciso pagar ainda o equivalente a 10 dólares.

Vale lembrar que essa conversão foi feita sem a autorização prévia dos clientes. “Sei que existe um risco ,quando trabalhamos com empresas de investimentos. O problema é que não nos deram opções para a retirada do dinheiro. Simplesmente transferiram para uma exchange sem perguntar se queríamos. Portanto, deixo aqui a minha indignação”, afirma um usuário, no Reclame Aqui.

O que os investidores da BeeFund podem fazer?

Apesar de ser uma tarefa complexa entender quem são os fundadores da BeeFund, os investidores que se sentem lesados podem fazer denúncias para que o caso seja investigado. Fabio Braga, sócio da área de bancário e financeiro do Demarest Advogados, indica que procurar órgãos de proteção ao consumidor é um caminho para esses clientes.

“Estou falando do PROCON, Ministério Público, a promotoria de defesa do consumidor, a defensoria pública, os próprios Supervisores do Mercado, para registrar, se existirem, essas indisponibilidades (nos saques)”, diz Braga.

Com “Supervisores do Mercado”, o jurista se refere ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários. Essas instituições possuem sistemas para receber reclamações de investidores, disponibilizadas nos links acima.

“Toda vez que, teoricamente, o investidor não conseguir sacar o dinheiro, sem que haja uma explicação lógica, isso é um problema que deve ser levado ao conhecimento dos órgãos de defesa do consumidor. E podem ter desdobramentos tanto na esfera judicial estadual, quanto na esfera judicial federal”, afirma o advogado.

